

^{Publica} Dívida externa: os Estados reclamam e até ameaçam com moratória.



Simon e Quércia:
juntos contra a Operação
Desmonte.

das dívidas estabelecidas pelo governo federal. A receita tributária prevista, de Cz\$ 1,75 trilhão, cobre amplamente Cz\$ 1 trilhão que gastará com pessoal, dentro de uma receita orçamentária global estimada em Cz\$ 2,97 trilhões, incluindo repasse do governo federal, suficiente para fazer frente a todas as despesas que terá.

Problema antigo

“Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a nação não quiser ir à falência.” Esta frase, do ano de 55 AC, de autoria de Marcos Tullius Cícero, em um quadro na entrada do gabinete do secretário do Planejamento do Estado do Rio, mostra o ânimo do governo estadual em atender à solicitação da União para que os Estados paguem 25% de suas dívidas externas. As dívidas vencidas e em processo de rolagem, no Rio, chegam a US\$ 1,4 bilhão.

O subsecretário de Planejamento, Marcello Averbug disse que o orçamento do Rio para 89 é de Cz\$ 5,7 trilhões, contra as par-

celas de recursos que as estatais gastam, proveniente de receita própria. Esse valor é projetado para junho de 89, com uma inflação de 550%. Para o pagamento das dívidas internas e externas foram destinados Cz\$ 380 bilhões, 6,5% do orçamento.

O governo do Rio Grande do Sul programou no orçamento do próximo ano o pagamento de apenas 10% da dívida externa. “É absolutamente inviável pagar a dívida externa do Estado em quatro anos, como quer a União”, afirma o governador Pedro Simon. Com uma dívida total de US\$ 800 milhões, pelas exigências do governo federal o Estado teria que pagar, no ano que vem, US\$ 200 milhões. “E isso tornaria ingovernável o Estado”, garante o secretário da Fazenda, José Ernesto Pasquotto.

Se mantida a exigência da União, o Rio Grande do Sul seria forçado a recorrer à emissão de títulos ou operações de crédito extra-orçamentários. Para fechar as contas de 1989, pelo orçamento encaminhado à Assembleia Legislativa, no início do mês, o governo gaúcho será obrigado a captar cré-

ditos da ordem de Cz\$ 260 bilhões. Com despesas previstas de Cz\$ 2,2 trilhões, exibe uma receita própria de Cz\$ 1,940 trilhão, dos quais Cz\$ 1,5 trilhão obtidos através do ICM. “Mais que US\$ 80 milhões não poderemos pagar da dívida externa pois seríamos obrigados a buscar dinheiro no mercado, aumentando ainda mais a dívida”, justificou Pasquotto.

Para o secretário da Fazenda, o governo federal “botou um bode dentro da sala” ao lançar no seu orçamento de 1989, como receita a amortização de 25% da dívida externa dos Estados e municípios. “Nesta queda de braço entre a União e os Estados, o governo federal terá que ser sensível e recuar, pois do contrário, os Estados entrarão em colapso”, prevê.

O secretário de Finanças do Paraná, Luiz Carlos Haully, não tem dúvida: se for obrigado a pagar, no ano que vem, 25% da dívida externa, o Paraná vai para o confronto. “Declaramos moratória no ponto final. Não dá para pagar mesmo”, diz ele.

A dívida externa do Paraná, que vem sendo rolada há vários anos, chegará em dezembro a US\$ 300 milhões. Para pagar 25% desse valor, mais os juros e a parcela da dívida que vence no ano que vem, o Estado terá que desembolsar US\$ 126 milhões, “que não existem”, afirma o secretário.

Segundo Haully, a dívida do Paraná, que vence no ano que vem, é de US\$ 89 milhões e o orçamento do Estado já prevê o pagamento da parcela correspondente, de US\$ 22 milhões. “Mais do que isso está fora de cogitação”, diz ele, irritado com a exigência que vem sendo feita pelo governo federal.

“A União vai transformar o dinheiro em receita”, acusa o secretário.

Dos grandes Estados brasileiros, apenas Minas Gerais destinou em seu orçamento de 89 recursos para o pagamento de 25% da dívida externa a vencer no ano que vem, como exige o governo federal. Apesar disso, Minas é um intransigente defensor do pagamento de apenas 10% das dívidas em 89, como querem os Estados. Em São Paulo, Rio, Rio Grande do Sul e Paraná a reclamação é a mesma: não há recursos para cumprir o que deseja o governo federal e se os Estados tiverem que pagar realmente os 25%, faltará dinheiro para setores básicos, como educação e saúde, e até mesmo para pagar o funcionalismo.

Em São Paulo, no programa “Bom dia, governador”, que vai ao ar hoje cedo por uma cadeia de emissoras de rádio, Orestes Quércia volta a criticar a área econômica do governo federal. Ele afirma que cumprir a exigência significará menos recursos para obras essenciais à população. O governador acha a exigência descabida e afirma que é uma maneira do governo federal obter recursos. Quércia lembra que o governo renegociou a dívida externa para pagar em vinte anos e quer que os Estados paguem suas dívidas em quatro anos. “Significa retirar dinheiro dos municípios, retirar dinheiro dos Estados para colocar no cofre da União. Essa postura do governo federal é inaceitável”, afirma o governador paulista.

Minas Gerais não enfrentará problemas de caixa e muito menos o alardeado “caos” se tiver que cumprir a imposição federal. A proposta orçamentária de 89 considera o pagamento de 25% e ainda prevê uma folga de Cz\$ 594,4 bilhões para investimentos gerais, 50% a mais do que os Cz\$ 362,5 bilhões que terá de desembolsar de acordo com as regras de rolagem